

Visibilidade de pessoas trans na produção científica brasileira

Trans people visibility in Brazilian scientific production

Visibilidad de personas trans en la producción científica brasileña

Niki Gomes Rodrigues^{1,a}

nikirodbr@gmail.com | <http://orcid.org/0000-0002-0506-9766>

Cícera Henrique da Silva^{1,b}

cicera.henrique@icict.fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-3298-795X>

Inesita Soares de Araujo^{1,c}

inesita.araujo@icict.fiocruz.br | <http://orcid.org/0000-0001-6927-5430>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^a Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz.

^b Doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação pela pela Université dAix-Marseille III.

^c Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

Como grupo social estigmatizado, pessoas transgêneras são alvo de violência e invisibilização de suas demandas. Partindo da constatação preliminar de que o discurso científico tem naturalizado e localizado a verdade sobre o gênero nas estruturas corporais, desenvolvemos uma pesquisa, no âmbito de um mestrado acadêmico, cujo objetivo foi caracterizar modos de visibilidade de pessoas trans na produção científica brasileira. A estratégia metodológica foi delinear um panorama dessa produção. O trabalho consistiu na busca de estudos na SciELO CI, na WoS e no Scopus; na análise de autores, instituições, áreas do conhecimento e países envolvidos; e na análise de assunto. O *corpus* identificado foi de 293 estudos. Os resultados revelam uma diversificação nas áreas de pesquisa e necessidade de atendimento integral adequado, do fomento à pesquisa, de discussão de gênero nas escolas e do cuidado ao nomear grupos estigmatizados. O objetivo do artigo é apresentar esse panorama.

Palavras-chave: Pessoas transgênero; Desigualdade em saúde; Comunicação em saúde; Produção científica; Visibilidade.

Abstract

As a result of being a stigmatized social group, transgender people are victims of violence and invisibility of their demands. Based on the preliminary perception that the scientific discourse has naturalized and localized the truth about gender in the body structures, we developed a research within the scope of an academic master degree whose objective was to characterize modes of visibility of trans people in Brazilian

scientific production. The methodological strategy was to outline an overview of this production. The work consisted in searching for studies in SciELO CI, WoS and Scopus; in the analysis of authors, institutions, areas of knowledge and countries involved; and in the subject analysis. The *corpus* identified was formed from 293 studies. The results reveal a diversification in the areas of research and the need for adequate integral care, promotion of research, gender discussion in schools and care in naming stigmatized groups. The purpose of the article is to present this overview.

Keywords: Transgender people; Health inequality; Health communication; Scientific production; Visibility.

Resumen

Como grupo estigmatizado, las personas transgénero son objeto de violencia e invisibilización de sus demandas. A partir de la constatación preliminar de que el discurso científico ha naturalizado y localizado la verdad sobre el género en las estructuras corporales, desarrollamos una investigación durante el grado de máster académico cuyo objetivo fue caracterizar modos de visibilidad de personas trans en la producción científica brasileña. La estrategia metodológica fue delinear un panorama de esa producción. El trabajo consistió en la búsqueda de estudios en la SciELO CI, en la WoS y en el Scopus; en el análisis de autores, instituciones, áreas del conocimiento y países comprometidos; y en el análisis de asunto. Contamos con la identificación de un *corpus* de 293 estudios. Los resultados revelan diversificación en las áreas de investigación y necesidad de atención integral adecuada, del fomento a la investigación, de discusión de género en las escuelas y del cuidado al nombrar grupos estigmatizados. El objetivo del artículo es presentar ese panorama.

Palabras clave: Personas transgénero; Desigualdad en salud; Comunicación en salud; Producción científica; Visibilidad.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Este artigo faz parte do dossiê 40 anos do movimento LGBT: visibilidades e representações.

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Niki Gomes Rodrigues, Cícera Henrique da Silva e Inesita Soares de Araujo.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Niki Gomes Rodrigues, Cícera Henrique da Silva e Inesita Soares de Araujo.

Redação do manuscrito: Niki Gomes Rodrigues e Cícera Henrique da Silva.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Niki Gomes Rodrigues, Cícera Henrique da Silva e Inesita Soares de Araujo.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não houve.

Histórico do artigo: submetido: 08 fev. 2019 | aceito: 10 jul. 2019 | publicado: 12 set. 2019.

Apresentação anterior: não houve.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Introdução

Uma ideia amplamente difundida é a de que o sexo é um conjunto de características biológicas, tais como anatômicas, fisiológicas e genéticas e o gênero, por sua vez, seria resultado da construção social¹. No entanto, nas últimas décadas têm surgido outras perspectivas sobre a relação sexo-gênero. Entre elas, a da bióloga Fausto-Sterling², que defende a aproximação das ciências sociais e biológicas para melhor compreensão dessa relação, bem mais intrincada do que sugere a divisão dicotômica entre natureza e cultura.

Nessa perspectiva, Judith Butler³, filósofa e estudiosa sobre questões de gênero, afirma que a atribuição do gênero para a cultura e a do sexo para a natureza não faz sentido, pois o sexo é uma categoria tomada em seu gênero. Ela indaga-se sobre a natureza do sexo e sua localização nos discursos científicos, que estabelecem “fatos” e seus possíveis interesses políticos e sociais.

A filósofa defende, ainda, a ideia de que a heteronormatividade é um sistema naturalizado que estabelece a heterossexualidade compulsória e que diz respeito à relação consistente e inequívoca entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Butler³ expõe uma séria consequência da heteronormatividade. Ela afirma que essa esperada relação de coerência origina sujeitos marginalizados na medida em que fogem dessa lógica. A superação dessa controvérsia sobre sexo e gênero não é objetivo deste artigo, no entanto, auxilia a reflexão sobre as desigualdades sociais em relação ao gênero.

Segundo Bento⁴, a partir do século XIX, houve uma intensificação do discurso baseado na diferenciação sexual através, principalmente, dos discursos científicos. Estes discursos foram suscitados politicamente para justificar a mudança nos papéis sociais que deveriam ser exercidos por ou impostos a homens e mulheres. Desta forma, a partir do século XX, o 'trânsito entre os gêneros' nas sociedades ocidentais passou a ser considerado uma doença e a ser explicado pelos saberes da psiquiatria, da psicologia e da psicanálise.

Bento⁴ argumenta que o discurso científico, que cria oposições binárias de gênero, tem naturalizado e localizado a verdade sobre o gênero nas estruturas corporais, criando sujeitos normais e anormais baseados nessa estrutura. Segundo a autora, o comportamento e o gênero têm sido vinculados ao sexo e à genitália. Ao pensar o 'trânsito entre os gêneros', propõe-se não universalizar pressupostos ou descartar as condições históricas e culturais que envolvem os sujeitos de determinada sociedade⁴. Assim, o 'trânsito entre os gêneros' pode ser entendido como uma experiência identitária cultural e historicamente localizada.

Na década de 1950, o 'trânsito entre os gêneros' passa a ser diferenciado de outras práticas sexuais pela categoria diagnóstica 'transexual'. O endocrinologista Harry Benjamin foi quem estabeleceu os critérios para o diagnóstico do “verdadeiro transexual”, que, entre outras coisas, possuiria uma relação de abjeção com sua genitália⁵. O impacto desses discursos para pessoas trans perdura até os dias atuais, acarretando um estigma⁶, situações de vulnerabilidade e violência.

A invisibilidade faz parte do mecanismo que vigia as normas de gênero. Os invisíveis seriam os indesejados ou aqueles com menor valor, mas que podem servir a certos propósitos. Bento⁴ afirma que os sujeitos invisíveis só ganham lugar no discurso para imediatamente serem “mortos”. Tais sujeitos são evocados como figuras abjetas para reiterar a heteronormatividade, o que a autora chama de “heteroterrorismo”: “um processo de dar vida através do discurso para imediatamente matá-lo”⁴. Essa morte seria, em um primeiro momento, simbólica através da discriminação e das nomeações negativas.

Como decorrência dessa invisibilidade, Araújo, Moreira e Aguiar⁷ apontam a impossibilidade do indivíduo de “agir e manifestar-se publicamente”⁷. Além disso, há outra consequência mais imediata para a vida dessas pessoas. Os autores afirmam que “para estes, restam a vulnerabilidade, a perda de sua autonomia e de sua humanidade”⁷. Ou seja, a morte que foi referida anteriormente como simbólica atua em conjunto com a perda de direitos básicos. Consequentemente, a esses grupos invisibilizados, resta viver situações que os matam precocemente.

Entretanto, não podemos desconsiderar a dimensão negociável das identidades, pois, ainda que estigmatizadas, elas podem ser ressignificadas. Este é o caso, por exemplo, do ativismo trans, que se

reapropria de insultos conferindo-lhes novos sentidos. Nessa perspectiva, Carvalho⁸ analisa “diferentes regimes de visibilidade”; o autor propõe pensarmos essa questão para além do binômio visível e invisível, uma vez que há disputas que ultrapassam esse dualismo “Muitas imagens de ‘pessoas trans’ estão disponíveis; da travesti prostituta e marginal ao transexual medicalizado e reconhecido como portador de um transtorno mental. Há ainda a imagem militante construída ativamente nos espaços do movimento”.

Neste trabalho, a visibilidade se refere aos temas da produção científica sobre transgeneridade, isto é, aos modos como a academia tem investigado este fenômeno no Brasil desde a década de 1970 até os dias atuais. Neste sentido, o objetivo do artigo é apresentar um panorama da produção científica brasileira a respeito da transgeneridade. Além disso, optamos pelo uso do termo pessoas transgênerasⁱ em referência a uma série de experiências identitárias e que pode não corresponder às especificidades de cada grupo, entendidos aqui como: transexuais, transgêneros e travestis.

Metodologia

Consideramos somente artigos científicos de periódicos indexados pelas fontes de informação SciELO Citation Index (SciELO CI), Web of Science (WoS) e Scopus. As fontes multidisciplinares foram consideradas uma opção apropriada para se obter um *corpus* heterogêneo que contribuísse para a elaboração do panorama. A busca foi composta pelo termo proveniente do Descritores de Ciências da Saúde (DeCS) e complementada por linguagem natural a partir de testes da estratégia de busca. Um critério de restrição foi a afiliação brasileira de pelo menos um autor. Como último critério, o *corpus* foi constituído por artigos que abordavam a transgeneridade.

A seguir, o Quadro 1 sintetiza as estratégias de busca detalhadas das fontes de informação utilizadas. Todas as buscas foram realizadas no dia 16 do mês de agosto de 2017, sem restrição de data inicial.

Quadro 1 – Estratégias de busca nas fontes consultadas

Fonte	Estratégia de busca
Scopus	TITLE-ABS-KEY (travesti* OR transwomen OR transmen OR transwoman OR transman OR transgender* OR transexual* OR transsexual* OR "gender disphoria" OR "gender identity disorder" OR "gender dysphoria" OR "gender reassignment") AND AFFILCOUNTRY (brasil OR brazil)
Scopus	TITLE-ABS-KEY (gender AND ("non-binary" OR "nonbinary") OR "gender-variant*" OR "gender variant*" OR "two-spirit*" OR "two spirit*") AND AFFILCOUNTRY (brasil OR brazil)
WoS	Tópico: (travesti* OR transwomen OR transmen OR transwoman OR transman OR transgender* OR transexual* OR transsexual* OR "gender disphoria" OR "gender identity disorder" OR "gender dysphoria" OR "gender reassignment") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI Tempo estipulado=Todos os anos
WoS	Tópico: (gender AND ("non-binary" OR "non binary") OR "gender-variant*" OR "gender variant*" OR "two-spirit*" OR "two spirit*") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI Tempo estipulado=Todos os anos
SciELO CI	Tópico: (travesti* OR transwomen OR transmen OR transwomen OR transman OR transgender* OR transexual* OR transsexual* OR "gender disphoria" OR "gender identity disorder" OR "gender dysphoria" OR "gender reassignment" OR "gender affirming" OR "gender incongruence") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCIELO Tempo estipulado=Todos os anos
SciELO CI	Tópico: (gender AND ("non-binary" OR "non binary") OR "gender-variant*" OR "gender variant*" OR "two-spirit*" OR "two spirit*") AND Endereço: (Brasil OR Brazil) Índices=SCIELO Tempo estipulado=Todos os anos

Fonte: As autoras (2017).

ⁱ Termo utilizado como propõe a escritora e mestre em sociologia, Letícia Lanz, em seu livro 'O corpo da roupa', ou seja, adjetivo que concorda com o substantivo que o precede. Assim como pessoas cisgêneras.

Foram considerados os seguintes dados para criação do panorama: as áreas do conhecimento, os autores, as instituições e os países.

As áreas do conhecimento foram determinadas a partir da lista disponibilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para classificar a área de cada estudo, foram utilizadas as classificações fornecidas pelas fontes de informação. Depois, os estudos foram agrupados nas áreas do CNPq manualmente.

Para a qualificação dos autores mais produtivos, foi realizada uma busca nominal pela Plataforma Lattesⁱⁱ, a fim de identificar área do doutorado e áreas de atuação, pois as fontes só indicam a afiliação. Os autores estrangeiros que aparecem entre os primeiros autores, porém sem afiliação brasileira e/ou Lattes foram excluídos do panorama.

Em relação às instituições, foi utilizado o recurso de desambiguação do Vantage Point e posteriormente agrupadas manualmente devido ao grande número de siglas, abreviações e nomes em idioma estrangeiro que esses campos podem apresentar. Para tanto, foram levadas em consideração as instituições e não seus institutos e laboratórios. O mesmo processo foi realizado com os países. Para a análise dos artigos obtidos nas buscas, foi utilizada a análise de assunto⁹. Ela é uma etapa, ou melhor, a primeira etapa do tratamento temático da informação. Por sua vez, o tratamento temático é um tipo de tratamento da informação que tem como objetivo descrever o conteúdo do documento. Assim, a análise de assunto constitui-se na atividade de leitura para extrair conceitos que melhor representem o conteúdo expresso em um documento⁹. Nesta pesquisa, os assuntos foram elaborados com intuito de fornecer o modo de visibilidade conferida às pessoas transgêneras pela produção científica brasileira que consta nessas fontes de informação. Eles foram definidos a partir do Thesaurus da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) ou, em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Por fim, as categorias resultantes da análise de assunto foram agrupadas conforme explicitado nos parágrafos seguintes.

O assunto denominado como 'Papéis de gênero' engloba as referências que discutem as construções das identidades, a formação de subjetividades e os modelos identitários.

'Doenças sexualmente transmissíveis'ⁱⁱⁱ trata dos estudos que discutem a problemática das infecções sexualmente transmissíveis. Entre os assuntos em torno das IST, o HIV/AIDS é o mais discutido.

Na categoria 'Doença' foram agrupadas as referências que versavam sobre o processo de adoecimento, principalmente em consequência de procedimentos cirúrgicos e hormonais e os que entendem a transgeneridade de uma perspectiva patologizante. Além destes, estão nesta categoria os estudos sobre intersexualidade e transgeneridade, devido ao viés patológico que assumem ao tratar do assunto. Pertencem a estas categorias os primeiros estudos sobre a transgeneridade no Brasil realizados na década de 1970. Em 'Criação cultural' estão os estudos que tratam de assuntos como arte, moda, cultura e turismo. Os vários tipos de violência (simbólica, sexual, física, institucional etc.) foram reunidos na categoria homônima. Os artigos tratam desde abuso infantil e violência no trabalho até violência no Sistema Único de Saúde (SUS). 'Cuidado em saúde' é a categoria que agrupa os estudos que versam sobre o acesso, o cuidado, o direito à saúde, o atendimento integral e o profissional de saúde. 'Direitos civis e políticos' pautam a discussão sobre direitos humanos e cidadania. 'Educação e cultura' contém os estudos referentes ao contexto escolar e às pessoas transgêneras, como a transfobia na escola e a educação de jovens e adultos. 'Cirurgia' se refere aos estudos que discutem os procedimentos cirúrgicos. Entre os artigos coletados, essa discussão está pautada por questões como o impacto do procedimento cirúrgico, melhores técnicas cirúrgicas, descrições de experiências, ética médica e apoio social. 'Prostituição' contém os artigos que discutem as problemáticas ligadas à prostituição.

ii <http://lattes.cnpq.br/>

iii Estamos cientes da tendência ao desuso das expressões 'DST' e 'papéis de gênero'. No entanto, esses termos foram adotados em razão da metodologia de Análise de Assunto que requer termos dicionarizados. Optamos por empregá-los de forma crítica.

Elas incluem desde a legislação até a saúde mental de pessoas transgêneras que se prostituem. 'Tratamento médico' apresenta estudos com técnicas e procedimentos não cirúrgicos. Em sua maioria, são estudos da fonoaudiologia e de terapia hormonal. Entre eles, um versa sobre a terapia hormonal na adolescência. Na categoria intitulada 'Saúde mental', estão os estudos que abordam o uso de álcool e outras drogas e o suicídio. Em 'Diversidade cultural' foram reunidos os trabalhos que versam sobre a despatologização das identidades trans. 'Política de saúde' versa sobre as políticas brasileiras de saúde pública. Neste caso, a maior parte dos artigos aborda a Política Nacional de Saúde Integral de *Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais*, *travestis* e *transexuais*. 'Participação social' contempla os estudos que abordam o ativismo trans, da militância à participação política. Os artigos que tratam das estruturas familiares, as conjugalidades e parentalidades estão reunidos na categoria 'Vida familiar'. Os estudos na categoria 'Envelhecimento' tratam do envelhecimento da população LGBT.

Resultados e discussão

O *corpus* da produção científica brasileira sobre pessoas transgêneras resultante da metodologia adotada é de 293 artigos após exclusões automáticas e limpezas manuais.

A seguir, o Gráfico 1 apresenta a quantidade de estudos distribuídos por ano de publicação.

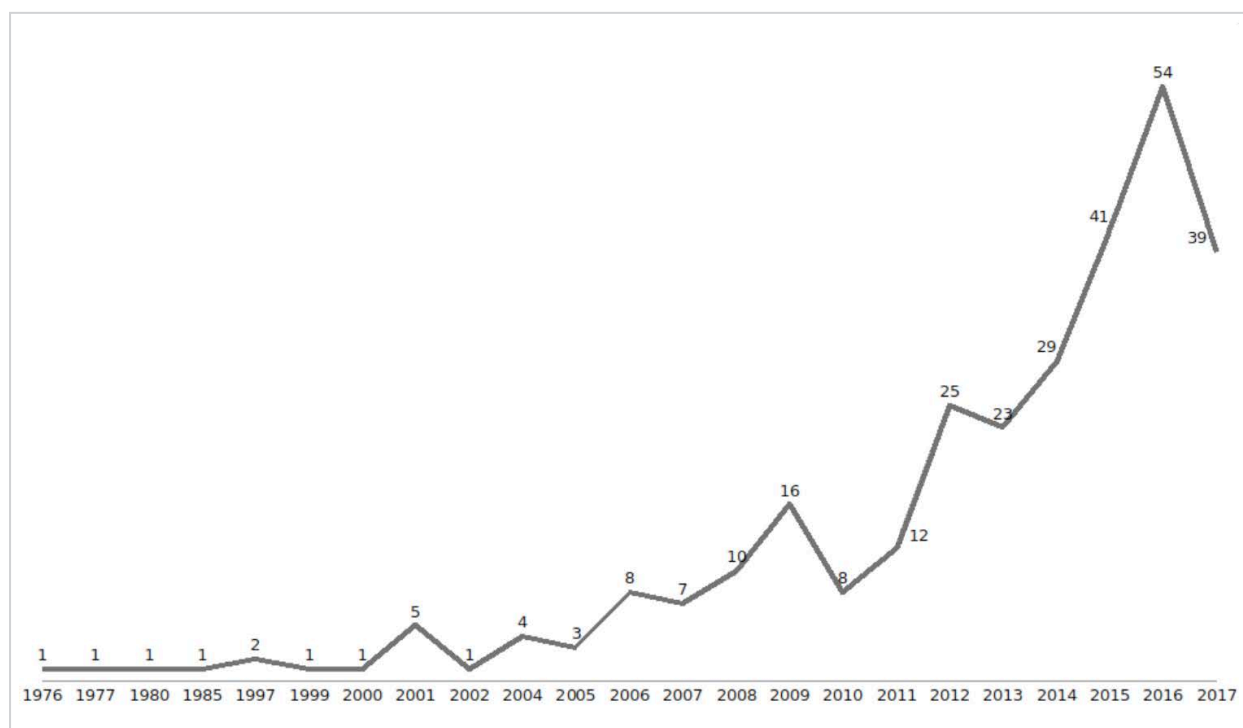


Gráfico 1 - Número de estudos por ano

Fonte: As autoras (2018).

O período do *corpus* compreende os anos de 1976 a 2017. De 1976 a 2005, o número de artigos publicados por ano foi de no máximo 5. A partir de 2006, houve um crescimento e estabilização no número de publicações com pequenas variações até 2011. Durante esse período, o ano de 2009, com 16 artigos, é o que possui mais publicações. Em 2012, houve um aumento de 94% no número de estudos em relação ao ano anterior, mantendo-se com pequenas variações até o ano de 2014. Em 2015, ocorreu um novo pico de crescimento, chegando até 66,7% a mais do que 2014, ano com o maior número de artigos até então. O ano com maior número de publicações sobre o assunto é 2016 com 64 estudos, seguido por 2015 com 41 e 2017 com 39 estudos, considerando que a busca foi realizada em agosto de cada ano.

Algumas conquistas concomitantes no campo da saúde e no dos direitos humanos podem estar relacionadas à configuração desse período. No ano de 2004, foi instituído o dia da visibilidade transgênera; em 2008, houve a inclusão do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS); em 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT); em 2012, foi desenvolvida uma campanha¹⁰ com intuito de facilitar o atendimento integral e humanizado da população trans e o uso do nome social. Neste mesmo ano, foi lançado o II Relatório sobre violência homofóbica no Brasil¹¹ que trouxe dados sobre a violência à qual pessoas transgêneras estão sujeitas.

O ano da inclusão do processo transexualizador no SUS foi seguido do ano com maior número de publicações no período. Assim, é razoável que tenham estudos voltados para a temática do processo transexualizador. O ano de 2012, que sucedeu à aprovação da PNSI-LGBT também pode estar ligado a esse interesse.

O tema da despatologização, a exemplo da publicação na revista *The Lancet* que discute a mudança da classificação médica pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pode ter influenciado o aumento das pesquisas.

As áreas do conhecimento e os números dos artigos são os seguintes: ciências da saúde (102), ciências humanas (92), ciências biológicas (3), linguística, letras e artes (19), ciências sociais aplicadas (11), ciências exatas e da terra (5), outros (70).

Ressaltamos que a grande área denominada ciências da saúde engloba artigos sobre saúde coletiva, cirurgias, clínica médica, dentre outros, demonstrando a diversidade de estudos sobre transexualidade na área da saúde. A saúde coletiva se destaca com mais da metade dos trabalhos na área e se trata de um campo com forte influência das ciências sociais.

Ciências humanas engloba entre outras áreas: psicologia, antropologia, sociologia e história. Entre os estudos que constam nessa área, 62% são de psicologia. Este montante demonstra, como citado por Bento⁴, a tradição das áreas que tratam da dimensão psicológica dos processos sociais e humanos na consideração da relevância desse tema.

As ciências sociais aparecem de três formas: em 36% (25 artigos) dos estudos correspondentes à área 'Outros', na grande área ciências sociais aplicadas e na área de ciências humanas. Podemos dizer que esses dados demonstram, novamente, a presença das ciências sociais que ocupam o terceiro lugar em número de trabalhos. Outro dado que chamou atenção foi sobre a área ciências exatas e da terra. Ela contempla áreas de pesquisa como física e geografia. Contudo, os estudos parecem não corresponderem a estas áreas.

As 10 instituições brasileiras que mais publicaram estudos sobre o tema foram: Universidade de São Paulo (USP) (56), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (27), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (26), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (26), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (26), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (14), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (12), Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) (11), Universidade Estadual Paulista (Unesp) (9), Universidade Federal da Bahia (UFBA) (9).

Sobre as instituições com mais publicações, as dez primeiras são públicas estaduais e federais. As cinco primeiras que mais produzem são responsáveis por mais da metade das publicações brasileiras. Esse fato demonstra a concentração dos estudos tanto geograficamente como em instituições de referência em pesquisa no Brasil. Segundo Sidone, Haddad e Mena-Chalco¹², a concentração de pesquisa em universidades é um padrão típico de países em desenvolvimento. A localização espacial das universidades também aponta para um padrão: elas estão majoritariamente localizadas nas Regiões Sul e Sudeste. Essa distribuição ocorre na pesquisa brasileira de uma forma geral¹². Segundo esses autores, a USP é a instituição com a maior produção científica concentrada no país. Na época, possuía um quarto de toda a produção brasileira, seguida pela Unesp e Unicamp.

A Uerj^{iv} possui um dos hospitais referência no atendimento de pessoas transgêneras, o Hospital Pedro Ernesto. Os estudos podem demonstrar a tradição dessa universidade no atendimento a pessoas transgêneras e serem anteriores à crise atual de financiamento. O hospital foi o único credenciado no Rio de Janeiro em 2008 (apesar de já atender a população trans desde 2002) e um dos cinco credenciados no país a realizarem cirurgias relacionadas à saúde da população trans.

Os países com quem os autores brasileiros publicaram em coautoria foram: Estados Unidos (38), Peru (13), África do Sul (11), Tailândia (9) e Alemanha (5).

Os Estados Unidos são um dos países que mais publicam sobre transgeneridade no mundo. No entanto, outros países têm adotado posturas que podem ser consideradas avanços nessa temática. A África do Sul, assim como o Brasil, apresentaram estudos a favor da despatologização da identidade de gênero na 11^a versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da OMS em 2018 em conjunto com México, França, Índia e Líbano. Essa colaboração internacional na pesquisa demonstra a dimensão do tema e como os países têm reconhecido e buscado lidar com a transgeneridade em seus territórios e estabelecer parcerias além deles.

Os autores que mais publicaram artigos sobre o tema foram: Valdilea Gonçalves Veloso (13), Beatriz Grinsztejn (10), Angelo Brandelli Costa (9), Esper Kallás (9), Maria Inês Rodrigues Lobato (9), Anna Martha Vaites Fontanari (9), Mauro Schechter (8), Márcia Arán (7), Rodrigo Borba (7), Dhiordan Cardoso da Silva (7).

A primeira autora mencionada é responsável por metade da produção da Fiocruz, terceira instituição mais produtiva. Isso pode demonstrar que a pesquisa sobre transexualidade na instituição esteja mais concentrada quando comparada a USP. Ou seja, possivelmente tem-se menos assuntos sendo discutidos em relação à primeira instituição da lista.

Este achado vem reforçar o que a literatura de estudos de informação, particularmente a cientometria, tem apontado a respeito das diferenças de domínios de campos do conhecimento na divulgação de sua produção científica. Enquanto as ciências biomédicas publicam mais artigos em periódicos, as ciências sociais e humanas se caracterizam por privilegiar outros tipos de publicação, como os livros e capítulos de livros^{13,14}. Contudo, “alguns estudos mais recentes também apontam um aumento da proporção de artigos em periódicos em algumas disciplinas das ciências sociais e humanas”¹⁵. Dado que as fontes consultadas são bases de dados que priorizam a indexação de artigos e que não existe fonte sistematizada para a identificação de outros tipos de publicação, pode-se justificar o resultado de se ter mais epidemiologistas publicando sobre o tema que as principais referências desta área, embora tenha se procurado focar em bases multidisciplinares.

Seis autores são médicos, três são psicólogos e um possui licenciatura em letras. Quase todos são formados no Brasil, da graduação até o mestrado e doutorado, indicando a capacidade brasileira de produção de profissionais qualificados para a pesquisa no país. Mais da metade declarou a investigação sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na área de atuação. O Brasil possui três décadas de enfrentamento ao HIV/AIDS com muitas e reconhecidas conquistas como a estratégia de redução de danos e o maior programa nacional de cobertura, à sua população, de antirretrovirais do mundo¹⁶. O quadro de autores parece refletir essa realidade.

Consultamos o sistema ‘Pesquisa Saúde’ do Departamento de Ciência, Tecnologia e Insumos, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, para identificar fomentos recebidos por esses autores. Foram encontradas três autoras contempladas.

A segunda pesquisadora que mais publicou no panorama que traçamos aqui, Beatriz Grinsztejn, foi contemplada em dois editais nos anos de 2010 e 2014. Os projetos contemplados abordam a temática do HIV e um especificamente com a população de travestis, sobre a adoção e adesão à profilaxia pré-exposição (PrEP). A terceira pesquisadora, Esper Kallás, foi contemplada com um edital do ano de 2012. A temática

^{iv} A Universidade do Estado do Rio de Janeiro possui tradição no campo de estudos de gênero e sexualidade, principalmente na saúde coletiva a partir do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/Instituto de Medicina Social (CLAM/IMS/Uerj).

abordada é sobre a PrEP com público-alvo de homens que fazem sexo com homens e mulheres transexuais. A autora Márcia Arán, quinta colocada no panorama, foi contemplada com um edital em 2006 sobre transexualidade e condições de acesso ao cuidado integral. Assim, há um enfoque dessa produção na área biomédica privilegiada pelos editais de financiamento. Eles privilegiam pesquisas das áreas chamadas 'duras' em detrimento das ciências sociais e humanas, caracterizando o chamado “efeito Mateus”, no qual os pesquisadores mais célebres tendem a receber mais reconhecimento e recursos financeiros por suas atividades acadêmicas, enquanto os pesquisadores pouco conhecidos tendem a receber pouco ou nenhum reconhecimento por suas atividades¹⁷.

Apesar de esse sistema apresentar somente projetos financiados pelo Ministério da Saúde, apenas três autores da lista apresentada são coordenadores de projetos com esse tipo de fomento. Não significa que os outros autores não estejam recebendo financiamento, pois o sistema permite buscar apenas pelo nome do coordenador do projeto. Dos temas dos projetos, dois são sobre PrEP, indicando que esses recursos podem estar ligados a um projeto de envergadura internacional e que será discutido adiante. Outro tema é o acesso ao atendimento integral em saúde e que data de 2006, antes da promulgação da PNSI-LGBT, e que completou 12 anos em 2018. Aqui emerge uma questão: não seria esperado que surgissem outros projetos nesta mesma linha após a aprovação da PNSI? No entanto, ao realizar a busca da população - transexuais, transgêneros, travestis e LGBT - no título, resumo e palavras-chave no 'Pesquisa Saúde', não encontramos mais projetos financiados pelo Ministério da Saúde.

Com os recursos encontrados no âmbito federal para temas como saúde integral e IST, podemos perceber que há pouco investimento em temas de grande importância, principalmente em relação à saúde integral da população LGBT. Avanços na oferta de acesso ao processo transexualizador têm sido alcançados no sentido da universalidade do atendimento; apesar disso, pessoas transgêneras enfrentam dificuldades para acessar serviços do SUS como a atenção básica, os serviços de urgência e emergência e a atenção psicossocial¹⁸.

Sobre os assuntos, os estudos que compõem nosso *corpus* foram distribuídos em dezessete categorias e alguns foram classificados em mais de uma. Entre os temas mais recorrentes nas referências estão a prevenção de HIV/AIDS, as discussões sobre identidade de gênero, as consequências prejudiciais do uso do silicone líquido industrial, a transfobia e o direito à saúde. O gráfico a seguir ilustra o total de estudos existentes em cada categoria.

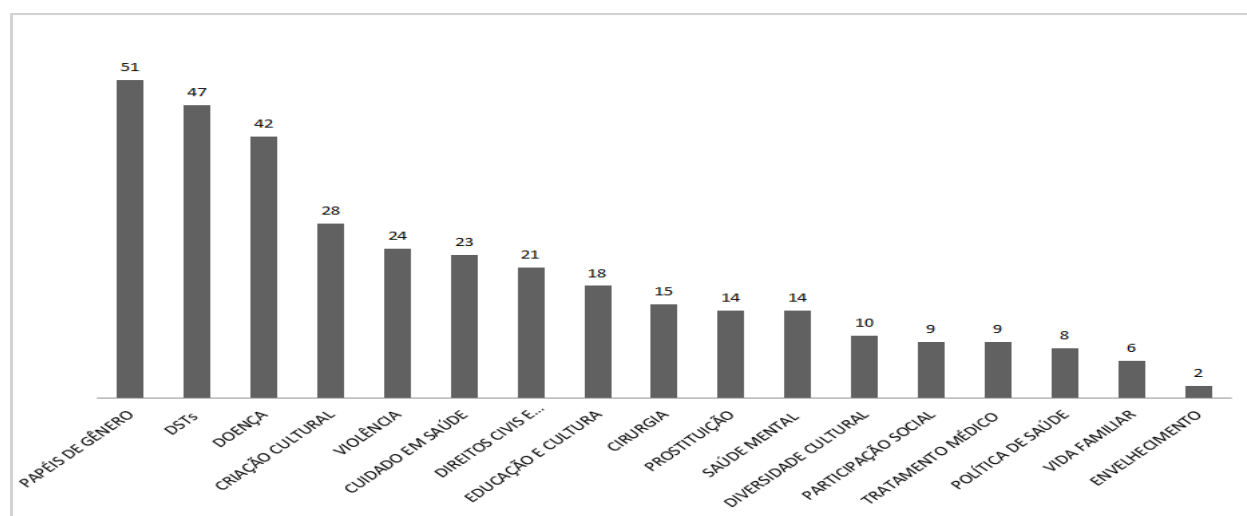


Gráfico 2 – Categorias e total dos estudos
Fonte: As autoras (2018).

Algumas questões sobre o modo de visibilidade que a academia tem dispensado ao tema foram elaboradas a partir desses dados. A discussão a esse respeito foi norteadada conforme grupos e padrões

de visibilidades. São eles os assuntos: sempre visíveis, os visíveis a partir da última década, os pouco visíveis e os assuntos recentes.

Entre os assuntos sempre visíveis, que estiveram presentes nas discussões nessas fontes de informação desde o início do período obtido até os anos 2000 e que continuam até os dias atuais, estão: 'Doença', 'DST' e 'Papéis de Gênero'.

A transgeneridade entrou para os compêndios médicos como doença, e a tendência atual é a discussão dessa permanência patologizante⁴. Diante dessa informação, podemos inferir que existem dois grandes modos de abordagem da transgeneridade e que eles convivem desde, no mínimo, a década de 1970. A categoria 'Doença' não trata somente da ideia das identidades trans enquanto doença, mas também está relacionada aos processos de adoecimento das pessoas transgêneras devido a inúmeros procedimentos inseguros, tais como uso de silicone industrial e automedicação. Isso explicaria o fato das categorias 'Doença' e 'Papéis de Gênero' estarem sempre presentes nas discussões.

Sobre a categoria 'DST' ter destaque durante o passar das décadas, principalmente em relação ao HIV/AIDS, os financiamentos internacionais, o êxito do atendimento à pessoa soropositiva no Brasil, a noção de risco do início da epidemia (que perdura até hoje), o forte ativismo, entre outros possíveis fatores, influencia no padrão de visibilidade do *corpus* analisado.

A prevenção de HIV/AIDS foi majoritariamente apresentada em relação ao uso da PrEP. A PrEP é uma estratégia que envolve o uso de medicação antirretroviral por pessoas soronegativas com intuito de diminuir as chances de contração do vírus. Os estudos são recentes, datando fundamentalmente dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. O mais antigo é do ano de 2010. Atualmente, está sendo conduzido um projeto sobre PrEP reunindo instituições de saúde do Brasil, México e Peru. Com financiamento da Unitaaid e apoio dos Ministérios da Saúde dos países participantes e da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec), uma Fundação de apoio à Fiocruz.

A primeira autora com mais publicações nas fontes, Valdiléa Veloso, participa do projeto e quase a totalidade dos artigos encontrados são sobre PrEP e podem ser resultado desse projeto. Da mesma forma, a segunda autora, Beatriz Grinsztejn, que possui artigos em coautoria com a primeira, ambas da Fiocruz.

A visibilidade desses assuntos é importante para a geração de uma pauta de reivindicação do atendimento adequado às pessoas transgêneras e aos possíveis problemas que as afligem, como os procedimentos inseguros. Acrescentamos, ainda nessa pauta, uma visão mais próxima da despatologização, não necessariamente despatologizante, mas que pode expandir os debates ao discutir a questão da identidade. Assim, esses assuntos não são os únicos destacados pelas pesquisas, ainda que sua centralidade reitere uma noção patologizante da transexualidade.

Entre os assuntos visíveis na última década, destacamos 'Política de saúde', 'Cuidado em saúde' e 'Violência'. A emergência da PNSI-LGBT, em 2011, pode ter influenciado com mais vigor os trabalhos incluídos nessas categorias. Existe diversidade de assuntos a serem tratados quando pensamos em 'Cuidado em saúde', uma vez que o cuidado em saúde não é um nível de atenção, mas uma ação integral que visa respeitar as diferenças e entender as necessidades específicas de cada um a partir das relações que se colocam em nossa sociedade¹⁹. Assim, o 'Cuidado em saúde' pode versar sobre acesso, tomada de decisões do usuário, questões de raça, etnia e gênero, entre outros assuntos. Os fatores que podem influenciar a visibilidade desse assunto são inúmeros, desde o financiamento em saúde até demandas sociais. No entanto, arriscamos dizer que essa visibilidade tende a diminuir diante do subfinanciamento na área da saúde e da educação²⁰. A possibilidade do atendimento integral para a população trans também deve ser afetada.

O assunto 'Violência' parece ganhar destaque na última década. Os primeiros censos em relação à violência como os Relatórios Anuais de Violência Homofóbica, o crescimento de denúncias e a possível

conscientização da sociedade civil podem ser fatores de influência na produção científica brasileira. Em relação à violência em si, as redes sociais têm sido grandes difusoras do assunto que, antes, era ocultado para boa parte da população²¹. Apesar de não pretendermos estabelecer relações diretas de causalidade, a violência contra a população LGBT tem tido mais oportunidade de discussão em vários espaços. A visibilidade desse assunto possibilita avançarmos em relação a uma legislação de proteção às vidas LGBT. Falar sobre violência é interessante na medida em que podemos discuti-la com profundidade e buscar outras vias de enfrentamento que não sejam apenas a da punição.

Entre os assuntos pouco visíveis, destacamos 'Diversidade cultural'. O assunto aparece nos anos de 2006, 2009, 2012, 2013 e 2015, somando nove estudos. Esse assunto trata da despatologização das identidades trans. Apesar do movimento mundial em prol da despatologização, são pontuais os estudos a esse respeito nas fontes pesquisadas. Além da despatologização em si, discuti-la também no contexto brasileiro de cuidado em saúde parece ser imprescindível para garantia da saúde das pessoas transgêneras. Almeida e Murta²² discorrem sobre a despatologização ser desejável desde que o acesso, ainda limitado em nosso país, seja garantido e ampliado, tenha profissionais qualificados e os serviços garantam as condições necessárias para o trabalho.

Outro assunto pouco visível foi o intitulado 'Vida familiar'. Este trata dos arranjos familiares e tem pouca discussão. Aparece apenas em dois anos. A violência física, material e simbólica faz parte da violência perpetrada principalmente contra travestis adolescentes como apontado por Kulick²³. É desejável que temas como esse e outros como a importância do apoio familiar, direito à constituição de uma família e ao afeto, casamento, direitos reprodutivos e adoção sejam amplamente discutidos.

Apesar de não constituir um assunto neste panorama, apenas dois artigos propõem a discussão de raça e interseccionalidade. A maior parte dos artigos propõe discussões em torno da identidade travesti. Três artigos abordam as transmasculinidades. Quanto ao termo interseccionalidade, atualmente se refere a uma teoria transdisciplinar que busca entender a complexidade das identidades e desigualdades sociais a partir de uma perspectiva integrada da produção e reprodução dessas desigualdades. Assim, a interseccionalidade ultrapassa a simples constatação da multiplicidade dos sistemas de opressão que atuam a partir dessas categorias e contesta a clássica hierarquização entre as categorias de diferenciações sociais²⁴. Assim, parece interessante que estudos com uma perspectiva interseccional, ou que pretendam discutir a interseccionalidade, sejam fomentados.

Entre os assuntos recentes, estão aqueles que enfocam o envelhecimento. A população brasileira vem envelhecendo, como indica Kücherman²⁵: "Em 2011, a população idosa era de 20,5 milhões, o equivalente a 10,8% da população total. Projeções indicam que, em 2020, a população idosa brasileira será de 30,9 milhões, representando 14% da população total". Esse fato pode estar ligado à maior quantidade de trabalhos em relação a esse ciclo da vida e à expansão da pesquisa para grupos antes negligenciados. Ao pesquisar sobre a relação entre envelhecimento e travestilidade, Mountian²⁶ aponta alguns aspectos dessa relação, entre eles, o "envelhecimento, corpo, imigração, mercado de trabalho, relação com a história e transfobia institucional". Assim, esse tema de estudo mostra-se abundante e ainda pouco explorado. Entre os motivos, acreditamos que a expectativa de vida da população trans, metade da média nacional, tenha influência nos poucos estudos em torno desta temática.

Considerando o *corpus* analisado, percebemos que o tema da transgeneridade esteve mais norteadado para discussões patologizantes e circunscritas a tempos passados. Atualmente, as discussões são mais heterogêneas e oriundas de diversas áreas, apesar das ciências da saúde ainda possuírem destaque na arena de disputas dessa temática. Assim, podemos indicar uma visibilidade ampliada e diversificada no meio acadêmico em relação a períodos anteriores.

Conclusão

O panorama da produção científica brasileira sobre a transgeneridade demonstra que, atualmente, existe variedade de assuntos e áreas do conhecimento que discutem a temática quando comparada a épocas anteriores, evidenciando que diferentes abordagens e preocupações estão sendo tratadas, como 'Criação cultural', 'Violência', 'Cuidado em saúde', 'Direitos civis e políticos'. Além disso, foi possível perceber a necessidade da melhoria do atendimento integral em saúde, a importância do fomento à pesquisa, a necessidade de discussão de gênero nas escolas, a urgência de debates interseccionais e o cuidado ao nomear grupos estigmatizados.

Essas temáticas estão sendo discutidas diante de um cenário de avanço do conservadorismo e intensificação de políticas neoliberais. A retirada de termos como 'gênero' e 'orientação sexual' da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, é um exemplo. Apesar dessa retirada não impedir o debate de gênero nas escolas, a omissão desses termos dissimula problemas como a evasão escolar devido à violência homofóbica e transfóbica. Além disso, o estabelecimento da emenda que limita os gastos públicos por vinte anos – Emenda Constitucional 95/2016 – acarreta em desassistência da população em vulnerabilidade social. Para a população trans e para a população mais vulnerável de forma geral, esse tipo de restrição orçamentária impede a possibilidade de conquistas e avanços sociais que promovam projetos de vida que primam pela inclusão, cidadania e saúde.

Essa conjuntura ganha novas proporções, uma vez que o atual governo tem se articulado em torno de pânico morais acerca da chamada 'ideologia de gênero' e se posicionado contra os direitos de minorias. Neste sentido, uma mudança representativa foi a renomeação do Ministério dos Direitos Humanos para Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que retoma um modelo tradicional de família como eixo prioritário das políticas. Ainda, o atual governo, que emprega um anti-intelectualismo, intensificou os cortes orçamentários do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ameaçando a viabilidade da continuação de diversas pesquisas no Brasil. Tal medida, impactará tanto a formação de pesquisadores e suas produções científicas, quanto o desenvolvimento do país como um todo.

A diversificação de assuntos tratados pela academia é especialmente importante para auxiliar a formulação e aplicação de políticas públicas, para o aprofundamento dos debates e para elaboração de estratégias diante de uma sociedade que é violenta em relação a pessoas transgêneras.

Referências

1. Barata RB. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde? Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009.
2. Fausto-Sterling A. Dualismos em duelo. CadPagu [Internet]. 2002 [citado em 5 out. 2018];17(18):9-79. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf>.
3. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2015.
4. Bento B. O que é transexualidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense; 2012.
5. Bento B, Pelúcio L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. R. Estud. Fem. [Internet]. ago. 2012 [citado em 25 maio 2019];20(2): 559-68. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>.
6. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar; 1980. Estigma e identidade social; p. 5-37.
7. Araújo IS, Moreira AL, Aguiar R. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada. Apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. R. Eletron. Comun. Inf. Ino. Saude [Internet]. fev. 2013 [citado em 25 maio 2019];6(4):1-11. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/706>

8. Carvalho MFL. "Muito prazer, eu existo!" Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Rio de Janeiro. Tese [Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2015. Do "respeito" à "cidadania": uma trajetória pela propaganda política do ativismo de pessoas trans (2004-2015); p. 41-96.
9. Dias EW, Naves MML. Análise de assunto: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2013.
10. Ministério da Saúde (BR). Agência Saúde. Ministério lança campanha voltada à saúde da população trans [Internet]. Brasília: O Ministério; 2016 [citado em 28 dez. 2017]. Disponível em: <https://bit.ly/2XYuh8s>
11. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (BR). Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; 2013.
12. Sidone OJG, Haddad EA, Mena-Chalco JP. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. Transinformação [Internet]. 2016 [citado em 28 dez. 2017]; 28(1):15-32. Disponível em: <https://bit.ly/32kH8kF>
13. Velho L. A ciência e seu público. Transinformação [Internet]. 1997 [citado em 29 maio 2019]; 9(3):15-32. Disponível em: <https://bit.ly/2Le4Dqc>
14. Leta J, Demeis L. A profile of science in Brazil. Scientometrics. 1996;35(1):33-44.
15. Canchumani RML, Leta J, Figueiredo AMD. Domínios científicos: mapeamento de áreas do conhecimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Inf. Soc. 2017;27(2):199-218.
16. Bastos FI. HIV/AIDS na América Latina: conquistas e desafios na terceira década da epidemia. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2005 [citado em 29 maio 2019]; 21(1):338-9. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000100041>.
17. Merton RK. The Matthew effect in science. Science. 1968;159(3810):56-63.
18. Popadiuk GS, Oliveira DC, Signorelli MCA. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. CiêncSaúde Coletiva [Internet]. 2017 [citado em 29 maio 2019]; 22(5):1509-20. Disponível em: <https://bit.ly/2XH6K7N>.
19. Pinheiro R. Integralidade em saúde. In: Pereira IB, Lima JCF, organizadores. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; 2008. p. 255-62.
20. Júnia R. PEC 241 ou o fim do SUS e da escola pública [Internet]. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; 2016 [citado em 28 fev. 2018]. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pec-241-ou-o-fim-do-sus-e-da-escola-publica>.
21. Dantas M, Pereira Neto, AF. O discurso homofóbico nas redes sociais da internet: uma análise no Facebook "Rio sem Homofobia - Grupo Público". Cad Tempo Presente [Internet]. 2015 [citado em 28 fev. 2018];(19):27-41. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/3896>.
22. Almeida G, Murta D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. Sex. Salud Soc, [Internet]. 2013 [citado em 28 fev. 2018];(14):380-407. Disponível em: <https://bit.ly/30wBslI>.
23. Kulick D. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.
24. Hirata H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Soc. [Internet]. 2014 [citado em 28 fev. 2018]; 26(1):61-73. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>.
25. Kuchemann BA. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. Soc. Estado [Internet]. 2012 [citado em 28 fev. 2018]; 27(1):165-80. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000100010.
26. Mountian I. Some aspects on travestility, transsexuality and ageing: history, body and immigration. Quaderns Psicol. [Internet]. 2015 [cited 2018 Feb. 28];17(3):31-44. Available from: <https://ddd.uab.cat/record/145223>.